



COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS

Companhia Fechada - CNPJ/MF 84.430.800/0001-32 - NIRE nº 43300046885

Mensagem aos Acionistas. Em conformidade com o disposto no estatuto social e legislação vigente submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente e as disposições da comissão de valores mobiliários. Lajeado, 16 de março de 2022. A Administração.

Balanco Patrimonial para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Ativo Circulante	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	859	137
Contas a receber	5	102.721	93.064
Estoques	6	12.306	9.868
Adiantamentos a fornecedores	183	446	-
Impostos a recuperar	7	10.221	644
Outros ativos	1.303	1.200	-
Total do Ativo Circulante		127.593	105.359
Ativo Não Circulante			
Depósitos judiciais	17	6.321	7.257
Partes relacionadas	16	7.535	6.500
Outros ativos	3.360	3.338	-
Impostos a recuperar	7	331	61
Propriedade para investimento	8	25.878	26.022
Imobilizado	9	89.787	92.469
Intangível	10	349	314
Total do Ativo Não Circulante		133.561	135.961
Total do Ativo		261.154	241.320

Passivo Circulante	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	13.122	10.970	-
Salários e encargos sociais a pagar	11	13.664	13.919
Empréstimos e financiamentos	107	93	-
Adiantamento de clientes	5	11.566	15.735
Obrigações tributárias	12	461.269	456.433
Parcelamentos	13	7.357	7.214
Impostos diferidos	14	2.552	735
Outros passivos	2.348	6.082	-
Total do Passivo Circulante		511.985	511.181
Passivo Não Circulante			
Partes relacionadas	15	16.758	21.401
Empréstimos e financiamentos	250	312	-
Parcelamentos	13	29.218	35.982
Impostos diferidos	14	17.386	18.576
Provisão para contingências	16	17.013	18.574
Outros passivos	-	2.309	-
Total do Passivo Não Circulante		80.625	96.534
Total do Passivo		592.610	607.715

Demonstrações de resultados para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Receita operacional líquida	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	20	319.644	259.813
Custos operacionais	21	(239.583)	(186.356)
Lucro bruto		80.061	73.457
Outras receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(11.530)	(9.583)
Com vendas	23	(20.408)	(11.696)
Outras despesas operacionais	24	(8.040)	(18.027)
Outras receitas operacionais	25	13.519	4.245
Total despesas operacionais		(26.459)	(35.061)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		53.602	38.396
Despesas financeiras	26	(25.476)	(23.960)
Receitas financeiras	27	17.946	12.794
Total do resultado financeiro		(7.530)	(11.166)
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social		46.072	27.230
Imposto de renda e contribuição social diferido		(1.247)	(3.189)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(7.622)	(3.761)
Lucro líquido do período		37.203	20.280
Lucro diluído por ação - R\$		0,15422	0,08407

Demonstração do resultado abrangente para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Lucro líquido do período	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do período	37.203	20.280
Outros resultados abrangentes	(1.524)	740
Resultado abrangente total	35.679	21.020

Demonstração do Valor Adicionado para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Receitas	31/12/2021	31/12/2020
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	343.218	277.939
Outras receitas (Provisão) Reversão para riscos de créditos	8.298	2.505
Insumos adquiridos de terceiros	(152.375)	(117.429)
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	(131.710)	(100.294)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(20.665)	(17.135)
Valor adicionado bruto	196.570	163.443
Depreciação, amortização e exaustão	(6.408)	(6.410)
Valor adicionado líquido produzido	190.162	157.033
Valor adicionado recebido por transferência	14.338	1.801
Receitas Financeiras	4.898	1.221
Outras	9.440	580
Valor adicionado a distribuir	204.500	158.834
Distribuição do valor adicionado	204.500	158.834
Remuneração do Trabalho	117.521	101.216
Remuneração direta	96.176	81.592
Benefícios	14.910	13.347
FGTS	6.435	6.277
Remuneração do Governo	33.128	24.951
Federais	17.227	12.614
Estaduais	15.901	12.337
Remuneração Capitais de Terceiros	16.648	12.387
Juros	16.648	12.387
Outros	-	-
Remuneração de capitais próprios	37.203	20.280
Lucro do exercicio	37.169	20.262
Participações de minoritários	34	18

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Saldo em 31 de dezembro de 2019	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Incentivos Fiscais	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	139.227	39.427	-	-	(566.069)	(387.415)
Ajuste de trava cambial	-	740	-	-	-	740
Realização de avaliação patrimonial	-	(1.988)	-	-	1.988	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	20.280	20.280
Reserva de subvenções governamentais	-	-	-	1.517	(1.517)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	139.227	38.179	-	1.517	(545.318)	(366.395)
Ajuste de trava cambial	-	-	(1.524)	-	(740)	(2.264)
Realização de avaliação patrimonial	-	(557)	-	-	557	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	37.203	37.203
Reserva de subvenções governamentais	-	-	-	2.280	(2.280)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	139.227	37.622	(1.524)	3.797	(510.578)	(331.456)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	37.203	20.280
Lucro do período	37.203	20.280
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais	6.408	6.410
Depreciação e amortização	6.408	6.410
Provisão (reversão) para riscos de créditos	2.571	(428)
Juros e encargos financeiros sobre empréstimos	80	19
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.247	2.545
Baixa de bens do imobilizado e intangível	611	642
Provisão para contingências	12.160	2.884
Atualização de passivos tributários	12.350	6.355
Ajuste trava cambial	(2.264)	740
Total	70.366	39.447

Varições nos ativos e passivos

Contas a receber	2021	2020	Total	%
Contas a receber	608	784	1.392	27%
Testes covid	801	252	1.053	20%
EPI's	916	376	1.292	25%
Adequações estruturais	506	217	723	14%
Auxílio creche	244	-	244	5%
Doações	119	-	119	4%
Total	3.496	1.649	5.145	100%

Caixa líquido gerado

Caixa líquido gerado	2021	2020
Caixa líquido gerado	10.756	11.098
Aquisições de imobilizados	(4.131)	(7.589)
Aquisições de intangíveis	(97)	(52)

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	2021	2020
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.806)	(3.603)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Fluxos de caixa das atividades de financiamento	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(128)	(91)

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	2021	2020
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.806)	(3.603)

Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa

Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	2021	2020
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	722	(146)

Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa

Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	2021	2020
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	722	(146)

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

1 - Contexto operacional: 1.1 - Atividades desenvolvidas: A Companhia Minuano de Alimentos, doravante tratada como "Minuano", tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados à base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca "Minu" ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional: As informações contábeis da Minuano foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minuano entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, obrigações tributárias e parcelamentos (notas explicativas 11, 12 e 13).

1.3 - Continuidade operacional: A administração da Companhia vem atuando fortemente na manutenção e regularização da dívida tributária, e neste sentido, efetuou adesão em programas de parcelamentos tributários, os quais atualmente encontram-se vigentes e adimplentes, conforme exposto no quadro a seguir:

Período de Adesão	Parcelada	Saldo em 31/12/21
Parcelamento - Lei 12.996/14	2014	83.843
Parcelamento - PERT	2017	47.276
Total	131.119	26.152

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo, a manutenção destas atividades só se faz possível visto as condições específicas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS). As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de alojamento e granja de produção de ovos, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregados diretos. A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhor operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vi-

receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado. Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável: Contas a receber de clientes (nota 5); Propriedades para investimentos (nota 8); Imobilizado (nota 9); Intangível (nota 10). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

3.5. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerais em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6. Contas a receber: As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo. O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perdas dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.7. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.8. Impostos a recuperar: Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9. Demais ativos circulantes e não circulantes: Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10. Investimentos: 3.10.1. **Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo. As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado. 3.11. **Imobilizado:** De acordo com a deliberação CVM nº 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.12. Intangível: Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos: a) Ativo intangível de vida útil definida; e b) Ativo intangível de vida útil indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada. Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indicio de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através da análise do valor em uso. As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM nº 644/10.

3.13. Redução ao valor recuperável de ativos: No fim de cada exercício a Companhia, revisa o valor contábil de seus ativos, tais como, propriedade para investimentos, ativos tangíveis e ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Estimativas dos ativos e passivos contingentes: Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procede à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16. Ajuste a valor presente dos ativos e passivos: Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério sendo aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM nº 564/08.

3.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. Em 2015, conforme determina a deliberação CVM nº 599/09, a Companhia não efetuou o registro dos tributos diferidos, visto que a administração julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na parte "B" dos livros fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

3.18. Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços: A receita é reconhecida: (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

3.19. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20. Julgamento e uso de estimativas contábeis: As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são: (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "

COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS CNPJ/MF 84.430.800/0001-32 NIRE nº 43300046885

7 - Impostos a recuperar

	31/12/21	31/12/20
IRRF a recuperar	2	3
PIS e COFINS a recuperar	390	174
ICMS a recuperar	-	1
ICMS a recuperar - Imobilizado	267	466
Crédito de ICMS na base do PIS e COFINS (a)	9.562	-
Circulante	10.221	644
ICMS a Recuperação - Imobilizado	331	61
Não Circulante	331	61

(a) Incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS: A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, apresenta discussão sobre o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das Contribuições ao PIS e da COFINS em duas medidas judiciais: nos autos do Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, limitado ao período anterior à 31 de dezembro de 2014, o qual já teve seu trânsito em julgado de decisão favorável aos interesses da empresa, e, nos autos do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, relacionado ao período posterior à 31 de dezembro de 2014, o qual foi deferido, via medida liminar, a suspensão pela exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS e corroborado por meio de sentença. A partir de junho de 2019, a Companhia se utiliza da decisão liminar relacionada ao Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, que suspendeu a exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS, e passou a efetuar a tributação do PIS e COFINS sobre as suas vendas já com a base de cálculo sem a incidência do ICMS. Posteriormente, com base nas discussões judiciais da Companhia, bem como a decisão do STF no processo RE 574.706 com repercussão geral, onde ficou definido a inconstitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre o ICMS destacado em nota fiscal, a Companhia procedeu com o levantamento de informações e documentos para apuração dos créditos tributários, e após longo processo de revisão e conciliação, efetuou, em dezembro de 2021, o reconhecimento dos valores apurados, os quais totalizam o montante de R\$ 9.562, sendo R\$ 5.343 referente a parte principal do crédito, e destacado neste relatório através da nota explicativa nº 25 - Outras Receitas Operacionais, e R\$ 4.219 referente a parcela de juros sobre atualização dos créditos fiscais, destacada neste relatório através da nota explicativa nº 27 - Receitas Financeiras.

8 - Propriedades para investimentos: A Companhia possui os seguintes saldos de propriedades para investimentos:

Grupo	31/12/21			31/12/20		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.742	-	7.742	7.742	-	7.742
Obras civis	24.488	(6.393)	18.105	24.488	(6.393)	18.105
Máquinas e equipamentos	11.390	(6.319)	5.071	11.587	(6.372)	5.215
Outros	315	(209)	106	318	(212)	106
(-) Impairment	(5.146)	-	(5.146)	(5.146)	-	(5.146)
Total	38.799	(12.921)	25.878	38.999	(12.977)	26.022

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2021 são contabilizados a valor de custo. A Companhia procedeu a análise de avaliação para perda sobre este ativo sem operação, e nesta análise não identificou necessidade de reconhecimento de complemento de provisão para perda de recuperabilidade destes ativos. A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	31/12/20		31/12/21	
	Saldo em	Adições	Baixas	Deprec.
Terrenos	7.742	-	-	-
Obras civis	18.105	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5.215	12	(144)	(12)
Outros	106	-	-	-
(-) Impairment	(5.146)	-	-	-
Total	26.022	12	(144)	(12)

No quando a seguir são demonstradas as propriedades para investimento, com as respectivas avaliações a valor justo, a qual é realizada anualmente. Deste modo, os valores apresentados no quadro a seguir são relativos à 31 de dezembro de 2021:

	Valor contábil	Valor justo	Unidade
	31/12/2021	31/12/2021	Alugada
Abatedouro Frigorífico de Suínos	3.850	4.958	Não
Fábrica de Embutidos	1.345	12.650	Sim
Abatedouro Frigorífico de Aves	8.877	12.260	Sim
Comercialização de Ovos	4.166	5.750	Sim
Granjas	2.462	6.500	Não
Total em Prédios e Terrenos	20.700	42.178	
Máquinas e Equipamentos	N/A	5.071	-
Instalações e Outros	N/A	107	-
Total	20.700	47.356	

A metodologia utilizada pela Companhia para avaliação das propriedades para investimento é baseada na apuração do valor justo, no qual os valores de terrenos e prédios são mensurados por profissional técnico, devidamente cadastrado no CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul, acrescenta-se ainda nesta análise a avaliação de maquinários disponíveis nas respectivas propriedades, estes são avaliados pelo valor de custo histórico deduzidos da depreciação acumulada. O montante de aluguel gerado pelas propriedades para investimento foi de R\$ 398 para o exercício de 2021 (R\$ 175 para o exercício de 2020), conforme apresentado em nota explicativa nº 25 - Outras Receitas Operacionais.

9 - Imobilizado: A Companhia possui os seguintes saldos de imobilizado:

Grupo	31/12/21			31/12/20		
	Taxas	Custo	Deprec.	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	-	15.593	-	15.593	-	15.593
Prédios	2.500%	74.324	(26.232)	48.092	72.294	(24.483)
Máquinas e equipamentos	5,00%	66.388	(44.035)	22.353	65.727	(39.883)
Móveis e utensílios	8,33%	5.150	(3.728)	1.422	4.859	(3.529)
Computadores e periféricos	33,33%	2.681	(1.338)	1.343	1.497	(1.101)
Veículos	20,00%	891	(692)	199	664	(654)
Imobilizações em andamento	-	785	-	785	-	1.485
Outros	-	13	(13)	-	13	(13)
Total		165.825	(76.038)	89.787	162.132	(69.663)

A movimentação do imobilizado apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	31/12/20		31/12/21	
	Saldo em	Adições	Baixas	Deprec.
Terrenos	15.593	-	-	-
Prédios	47.811	2.231	(13)	(1.937)
Máquinas e equipamentos	25.844	504	(133)	(3.862)
Móveis e utensílios	1.330	314	(6)	(216)
Computadores e periféricos	396	1.232	(4)	(281)
Veículos	10	228	-	(39)
Imobilizações em andamento	1.485	(390)	(310)	-
Total	92.469	4.119	(466)	(6.335)

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

10 - Intangível: A Companhia possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	31/12/21			31/12/20		
	Taxas	Custo	Amort.	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	679	(478)	201	584	(418)
Marcas e Patentes	-	148	-	148	-	148
Total		827	(478)	349	732	(418)

A movimentação do intangível apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	31/12/20		31/12/21	
	Saldo em	Adições	Baixas	Amort.
Softwares	166	97	(1)	(61)
Marcas e Patentes	148	-	-	-
Total	314	97	(1)	(61)

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

11 - Salários e encargos sociais a pagar

	31/12/21	31/12/20
Provisões de férias e 13º salário	7.718	7.373
Salários / Pró-labore a pagar	3.116	3.320
Rescisões a pagar	44	13
Outras obrigações a pagar	2.786	3.213
Total	13.664	13.919

A Companhia realizou a equalização da dívida tributária, utilizando como base os débitos informados pelo respectivo agente de cobrança (PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil), no quadro abaixo demonstra-se os valores de forma segregada.

	31/12/21			31/12/20		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	1.342	256.817	258.159	1.318	249.565	250.883
FGTS a recolher	735	2.958	3.693	675	2.899	3.574
IRRF a recolher	440	-	440	224	-	224
IRPJ a recolher	1.678	96.528	98.206	3.997	98.052	102.049
CSLL a recolher	621	36.453	37.074	-	36.850	36.850
COFINS a recolher	-	47.152	47.152	-	46.357	46.357
PIS a recolher	-	10.059	10.059	-	9.887	9.887
Impostos Retidos	27	-	27	21	-	21
ICMS a recolher	457	1.334	1.791	376	1.624	2.000
Outros	52	4.616	4.668	52	4.536	4.588
Total	5.352	455.917	461.269	6.663	449.770	456.433

13 - Parcelamentos

	31/12/21	31/12/20
PERT (a)	1.274	1.179
Lei 12.996/14 (b)	2.077	2.021
FGTS	711	690
ICMS	267	224
IOF	-	-
Ordinário	3.028	3.100
Circulante	7.357	7.214
PERT (a)	8.432	9.357
Lei 12.996/14 (b)	14.369	15.997
FGTS	5.141	5.677
ICMS	180	380
Ordinário	1.096	4.571
Não Circulante	29.218	35.982

(a) Pert: A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso II), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea "b") e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea "b"). Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

	31/12/2020
Débitos Previdenciários	8.934
Demais Débitos	47.614
Total dos débitos incluídos no PERT	56.548

	31/12/2020
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2020	(14.726)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2020	1.777
Saldo remanescente em 31/12/2020	10.536

Esfera	Natureza	Débito	Valor da Entrada	Saldo em 31/12/21	Anistia	R\$	
Procuradoria-Geral da Fazenda	Princípio	Débitos	430	344	0%	-	
		Multa	86	69	50%	35	
	Previdenciários	Juros	197	158	80%	126	
		Encargos	143	114	100%	114	
	Princípio	Juros	6.789	5.431	0%	-	
		Multa	5.426	4.341	50%	2.171	
	Demais débitos	Juros	26.022	20.817	80%	16.654	
		Encargos	7.648	6.118	100%	6.118	
	Total		46.741	(9.349)	37.392	25.218	

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais. **(b) Lei nº 12.996/2014:** Em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão. Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC. Apresentamos no quadro a seguir o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014

	31/12/2021
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/12/21	(11.454)
Saldo remanescente em 31/12/2021	16.446

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo. Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, as contribuições instituídas a título de substituição e as contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2018 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo. Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido incluídos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014. **14 - Impostos diferidos:** Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2010 em virtude do reconhecimento do custo atribuído:

Ativo ajustado	Custo	Impostos Diferidos	IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345	
Obras Civis	33.592	8.398	3.023	11.421	
Máquinas e equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510	
Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231	
Veículos	191	48	17	65	
Computadores e Periféricos	582	146	52	198	
Total	66.966	16.743	6.027	22.770	

Diferimento até 31/12/2021 (5.557) (2.000) (7.557)

(A) = Saldo em 31/12/2021 11.186 4.027 15.213

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2021 sobre as diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias	Valor	IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Créditos fiscais não compensados	5.343	1.336	481	1.817
Diferimento até 31/12/2021	(414)	(149)	(563)	
(B) = Saldo em 31/12/2021	3.474	1.251	4.725	

(A + B) = Saldo em 31/12/2021 14.660 5.278 19.938

Circulante 1.876 676 2.552

Não circulante 12.784 4.602 17.386

Impostos Diferidos 31/12/21 31/12/20

IRPJ diferido s/custo atribuído 1.876 547

CSLL diferido s/custo atribuído 676 188

Circulante 2.552 735

IRPJ diferido s/custo atribuído 12.784 13.203

CSLL diferido s/custo atribuído 4.602 4.753

Não circulante 17.386 17.956

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa, todavia, o montante estimado de imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 28.030 mil. **15 - Partes relacionadas:** **a) Remuneração dos administradores:** Os acionistas fixaram em até R\$ 2.000 mil a remuneração global anual dos administradores conforme assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2021. Durante o exercício de 2021 a diretoria executiva recebeu o montante de R\$ 1.352 referente a remuneração.

b) Operações com partes relacionadas

Ativo não circulante	31/12/21	31/12/20
Valepar S/A	84	72
Sulvies S/A	74	63
Minupar Participações S/A	7.323	6.365
Associação Atlético Minuano	54	-
Total	7.535	6.500

Passivo não circulante 31/12/21 31/12/20

Serra do Roncador Part. Ltda 11.498 16.141

Minupar Participações S/A 5.260 5.260

Total 16.758 21.401

</

COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS CNPJ/MF 84.430.800/0001-32 NIRE nº 43300046885

no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2022, que foi de 12,25%.
20 - Receitas: As receitas da Companhia são oriundas de vendas efetuadas para o mercado interno e externo, distribuídas da seguinte forma:

	31/12/21		31/12/20	
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Total
Receita bruta de produtos e serviços	250.614	343.808	594.422	738.357
(-) Impostos (23.575)	-	(23.575)	(23.575)	(18.126)
(-) Devoluções (322)	(322)	(589)	(911)	(244)
Receita líquida de produtos e serviços	226.772	319.644	546.416	470.087

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente. **21 - Custos operacionais:** A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza:

	31/12/21		31/12/20	
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Total
Receita líquida de produtos e serviços	226.772	319.644	546.416	470.087
Salários	67.044	53.113	120.157	133.113
Matérias primas	48.228	34.859	83.087	14.139
Encargos sociais	17.162	14.139	31.301	13.223
Energia elétrica	16.259	13.223	29.482	10.693
Manutenção Industrial	12.882	10.693	23.575	8.822
Benefícios a empregados	14.204	11.822	26.026	5.535
Depreciações	6.027	5.535	11.562	10.496
Férias e 13º salário	13.259	10.496	23.755	7.391
Serviço de terceiros	9.317	7.391	16.708	15.995
Matérias de embalagem	22.247	15.995	38.242	1.752
Combustíveis e lubrificantes	2.450	1.752	4.202	1.140
Locações/Aluguéis	2.331	1.140	3.471	7
Indenizações trabalhistas	50	46	96	11
Equipamento de proteção	3.650	1.918	5.568	70
Taxas e encargos legais	280	228	508	15
Análises laboratoriais	1.387	1.121	2.508	7
Frete rodoviários e marítimos	983	735	1.718	134
Outros gastos	1.824	1.150	2.974	11.696
Total	239.583	186.356	425.939	312.120

Importante ressaltar que os custos apurados em 2020 estão apresentados segregados do efeito de ocosidade de produção ocorrido naquele período, conforme apresentado na nota explicativa nº 24, item c). Em relação ao aumento dos custos, de aproximadamente 28,56%, a causa está relacionada ao aumento de comercialização de produtos industrializados, o que em termos comparativos entre o período de 2020 para 2021 representa mais de 4,5 mil toneladas vendidas, e outro fator que influenciou nesse aumento refere-se à correção de preço dos principais componentes de produção, os quais aumentaram, em média 26%.
22 - Despesas gerais e administrativas: A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza:

	31/12/21		31/12/20	
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Total
Receita líquida de produtos e serviços	226.772	319.644	546.416	470.087
Salários	4.514	3.521	8.035	2.526
Serviço de terceiros	2.393	2.526	4.919	903
Benefícios a empregados	1.209	903	2.112	742
Encargos sociais	1.060	742	1.802	302
Depreciações	374	302	676	642
Férias e 13º salário	911	642	1.553	8
Indenizações trabalhistas	7	8	15	122
Manutenção Predial	178	122	300	67
Telefonia	58	67	125	18
Taxas e encargos legais	76	18	94	-
Total	11.909	11.696	23.605	11.696

Cynthia Christina da Silva Vello - Diretora

tanto de natureza civil quanto de natureza trabalhista. (c) As despesas de ocosidade de produção referem-se ao custo incorrido durante o período de pandemia, o qual impactou apenas no exercício de 2020, época na qual impossibilitou a plena ocupação das instalações para realização do serviço de abate, deste modo, os custos proporcionais ao serviço não realizado durante o período de pandemia foram reclassificados para rubrica de "Outras despesas operacionais", e compreendem os seguintes gastos:

Natureza dos gastos	Valor
Salários	3.919
Encargos sociais	1.145
Benefícios a empregados	961
Energia elétrica	759
Férias e 13º salário	790
Manutenção industrial	651
Serviço de terceiros	531
Depreciações	247
Equipamento de proteção	130
Locações/Aluguéis	112
Análises laboratoriais	91
Combustíveis e lubrificantes	67
Matérias primas	37
Total	9.440

25 - Outras receitas operacionais: A seguir estão apresentadas as outras receitas operacionais:

	31/12/21	31/12/20
Créditos Fiscais (a)	4.579	1.666
Venda de sucata e lenha	163	82
Total	4.742	1.748

24 - Outras despesas operacionais: A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais:

	31/12/21	31/12/20
Recomposição de débitos fiscais	-	340
Provisão para Perda de estoques (a)	-	1.046
Perdas de Imobilizados	-	440
Despesas legais e regulatórias	602	601
Custo na alienação de ativos	38	49
Despesas e provisões de processos judiciais (b)	6.906	5.213
Reversão de créditos tributários	197	336
Despesas ociosidade de produção (c)	-	9.440
Despesas fabricas inativas	185	487
Despesas Gerais	112	75
Total	8.040	18.027

(a) Parte do saldo apresentado em 31 de dezembro de 2020, registrado na conta de provisão para perdas com estoques referem-se aos prejuízos causados na enchente ocorrida entre os dias 08 e 09 de julho de 2020, no exercício corrente de 2021 não ocorreram perdas com estoques. (b) Os valores apresentados na rubrica de "despesas e provisões de processos judiciais" referem-se tanto a atualização de contingências passivas, bem como despesas relacionadas acordos judiciais promovidos pela Companhia,

	31/12/21	31/12/20
Receita bruta	178.021	135.197
Impostos e devoluções	(22.106)	(16.609)
Receita líquida	155.915	118.588
Custos	(101.542)	(77.476)
Lucro bruto	54.373	41.112
Despesas administrativas	-	-
Despesas com vendas	(20.408)	(11.696)
Outras despesas operacionais	-	(822)
Perdas de estoques	-	(224)
Outras receitas operacionais	-	-
Resultado antes dos efeitos financeiros	33.965	28.594
Despesas financeiras	-	-
Receitas financeiras	-	-
Resultado antes dos tributos	33.965	28.594
CSLL e IRPJ diferido	-	-
CSLL e IRPJ correntes	-	-
Resultado líquido do exercício	33.965	28.594

29 - Resultado por ação: Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação, em milhares de reais, acumulado no período.

	31/12/21	31/12/20
Quantidade de ações	241.233	241.233
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	37.203	20.280
Resultado diluído por ação	0,15422	0,08407

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação. **30 - Outras informações:** Em assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2021, elegeram a nova Diretoria, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo: Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como Diretora Presidente, Sra. Marcia Macedo Meireles como Diretora e Sr.

	31/12/21	31/12/20
Receita de aluguel	398	175
Verbas Indenizatórias	125	140
Subvenções Governamentais	2.280	1.427
Crédito ICMS na base PIS e COFINS	5.343	-
Recuperação de despesas	631	755
Total	13.519	4.245

(a) Parte do montante apresentando na rubrica "Créditos Fiscais", referente ao exercício de 2021, refere-se ao reconhecimento do pedido de ressarcimento do crédito presumido de IPI, homologado pela Receita Federal do Brasil, e utilizado para quitação de débitos tributários federais, no valor de R\$ 2.957, bem como créditos de reintegra apurados no valor de R\$ 1.108.
26 - Despesas financeiras: As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	31/12/21	31/12/20
Juros de atualização de dívidas tributárias (a)	7.435	6.272
Juros de operações com partes relacionadas (b)	3.997	5.166
Pis/COFins s/receita financeira	12	87
Despesas/Tarifas Bancárias	208	119
Descontos financeiros concedidos	511	420
Juros sobre empréstimos e financiamentos	80	121
Variações cambiais passivas	8.828	11.573
Encargos legais (c)	4.405	202
Total	25.476	23.960

	Serviços de Frigorífico, Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Receita bruta	178.021	135.197	165.787	143.160	343.808	278.357
Impostos e devoluções	(22.106)	(16.609)	(2.058)	(1.935)	(24.164)	(18.544)
Receita líquida	155.915	118.588	163.729	141.225	319.644	259.813
Custos	(101.542)	(77.476)	(138.041)	(108.880)	(239.583)	(186.356)
Lucro bruto	54.373	41.112	25.688	32.345	80.061	73.457
Despesas administrativas	-	-	-	-	(11.530)	(9.583)
Despesas com vendas	(20.408)	(11.696)	-	-	(20.408)	(11.696)
Outras despesas operacionais	-	(822)	-	(224)	(8.040)	(16.981)
Perdas de estoques	-	-	-	-	-	(1.046)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	13.519	4.245
Resultado antes dos efeitos financeiros	33.965	28.594	25.688	32.121	(6.051)	(22.319)
Despesas financeiras	-	-	-	-	(25.476)	(23.960)
Receitas financeiras	-	-	-	-	17.946	12.794
Resultado antes dos tributos	33.965	28.594	25.688	32.121	(3.581)	(33.485)
CSLL e IRPJ diferido	-	-	-	-	(1.247)	(3.189)
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	(7.622)	(3.761)
Resultado líquido do exercício	33.965	28.594	25.688	32.121	(22.450)	(40.435)

participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação. **30 - Outras informações:** Em assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2021, elegeram a nova Diretoria, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo: Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como Diretora Presidente, Sra. Marcia Macedo Meireles como Diretora e Sr.

Fernando Ataíde Silva Jorge - Diretor

Fernando Ataíde Silva Jorge - Contador - CRC/RS 076618/O-0

(a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto. (b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 15. (c) Refere-se a atualização de encargos legais sobre dívidas tributárias. **27 - Receitas financeiras:** As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	31/12/21	31/12/20
Variações cambiais ativas	13.518	12.716
Descontos financeiros obtidos	112	30
Outras receitas financeiras	97	48
Juros de créditos Fiscais (a)	4.219	-
Total	17.946	12.794

(a) Refere-se ao reconhecimento dos juros de atualização de créditos fiscais vinculados ao processo do crédito de ICMS sobre PIS e COFINS, conforme indicado na nota explicativa nº 7. **28 - Informações por segmento:** A Companhia atua em dois segmentos distintos, a saber: a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne; b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves. No quadro a seguir, são apresentados os resultados por segmento de atuação da Companhia:

	Serviços de Frigorífico, Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Receita bruta	178.021	135.197	165.787	143.160	343.808	278.357
Impostos e devoluções	(22.106)	(16.609)	(2.058)	(1.935)	(24.164)	(18.544)
Receita líquida	155.915	118.588	163.729	141.225	319.644	259.813
Custos	(101.542)	(77.476)	(138.041)	(108.880)	(239.583)	(186.356)
Lucro bruto	54.373	41.112	25.688	32.345	80.061	73.457
Despesas administrativas	-	-	-	-	(11.530)	(9.583)
Despesas com vendas	(20.408)	(11.696)	-	-	(20.408)	(11.696)
Outras despesas operacionais	-	(822)	-	(224)	(8.040)	(16.981)
Perdas de estoques	-	-	-	-	-	(1.046)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	13.519	4.245
Resultado antes dos efeitos financeiros	33.965	28.594	25.688	32.121	(6.051)	(22.319)
Despesas financeiras	-	-	-	-	(25.476)	(23.960)
Receitas financeiras	-	-	-	-	17.946	12.794
Resultado antes dos tributos	33.965	28.594	25.688	32.121	(3.581)	(33.485)
CSLL e IRPJ diferido	-	-	-	-	(1.247)	(3.189)
CSLL e IRPJ correntes	-	-	-	-	(7.622)	(3.761)
Resultado líquido do exercício	33.965	28.594	25.688	32.121	(22.450)	(40.435)

participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação. **30 - Outras informações:** Em assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2021, elegeram a nova Diretoria, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo: Sra. Cynthia Christina da Silva Vello como Diretora Presidente, Sra. Marcia Macedo Meireles como Diretora e Sr.

Fernando Ataíde Silva Jorge - Contador - CRC/RS 076618/O-0

Fernando Ataíde Silva Jorge - Contador - CRC/RS 076618/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas da **COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS** - Lajeado / RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E5D4-5AB1-AAF9-A56B> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E5D4-5AB1-AAF9-A56B



Hash do Documento

561A9E2C3B40EA19610C0DB745696D35DFAAA4F8761BAF3E2A26CDD672C54172

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/03/2022 é(são) :

- Adair Gilberto Weiss (Diretor Executivo) - 693.073.690-20 em
21/03/2022 19:25 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL A HORA LTDA -
04.280.850/0001-41

